

Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, PLANEAMENTO, AMBIENTE, SERVIÇOS URBANOS E
TRÂNSITO

SECTOR DE GESTÃO DE EMPREITADAS

Empreitada de:

Melhoramento do Parque Escolar – Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro

PROGRAMA DO CONCURSO

Ref.^a CP003/DOMPAT/2023

CONCURSO PÚBLICO

Índice:

- 1. Identificação do Concurso**
- 2. Entidade Adjudicante**
- 3. Órgão que tomou a decisão de contratar**
- 4. Fundamentação da escolha do procedimento**
- 5. Órgão competente para prestar esclarecimentos**
- 6. Erros e omissões do caderno de encargos**
- 7. Documentos de habilitação a entregar por parte do adjudicatário**
- 8. Documentos que constituem a proposta**
- 9. Propostas variantes:**
- 10. Forma e prazo para apresentação das propostas**
- 11. Fornecimento e consulta das peças do Procedimento**
- 12. Preço base**
- 13. Prazo de execução**
- 14. Prazo de manutenção das propostas**
- 15. Critério de adjudicação**
- 16. Causas de caducidade da adjudicação**
- 17. Valor da caução**
- 18. Modo de prestação da caução**
- 19. Preço anormalmente baixo**
- 20. Legislação aplicável**

1. Identificação do Concurso:

O processo do concurso destina-se à execução da empreitada de “**Melhoramento do Parque Escolar – Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro**”

2. Entidade Adjudicante:

A entidade adjudicante, que preside e fiscaliza, é a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, com sede na Praça Dias Ferreira nº 38, 2240-341 Ferreira do Zêzere, tel. 249360150 e fax 249361660.

3. Órgão que tomou a decisão de contratar:

A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere por Deliberação de Câmara de 23/11/2023.

4. Fundamentação da escolha do procedimento

Considerando o valor do contrato será adotado concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

5. Órgão competente para prestar esclarecimentos:

5.1. O órgão competente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento é a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere a quem devem ser solicitados por escrito, através da plataforma electrónica. Estes esclarecimentos serão solicitados e prestados por escrito nos termos estipulados no artigo 50.º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação.

5.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, através da plataforma electrónica, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, desde que requerida por qualquer interessado. Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para a apresentação das propostas deve ser adequadamente prorrogado.

5.3. A decisão de prorrogação de prazo será juntas às peças do procedimento e notificada, a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se de imediato aviso nos termos do disposto no artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação, advertindo os interessados da sua existência e dessa junção.

6. Erros e omissões do caderno de encargos

- 6.1 Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação.
- 6.2 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, nos termos do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação.

7. Documentos de habilitação a entregar por parte do adjudicatário:

O(s) adjudicatário(s) deverá(ão) entregar no prazo de 10 dias úteis após a notificação de adjudicação, de acordo com o artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação, os seguintes documentos:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação (emitida conforme modelo constante do anexo I do presente programa);
- b) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- c) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- d) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação;

- e) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- f) Documento comprovativo do registo RCBE – Registo Central do Beneficiário Efetivo (não aplicável a entidades de nome individual);
- g) Apresentação de plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, conforme o n.º 9 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos do decreto lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, na atual redação;
- h) Documento comprovativo da titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, ou seja:
 - 1ª subcategoria da 1ª categoria - Estrutura e Elementos de Betão de classe que cubra o valor global da proposta,
 - E as subcategorias e categorias correspondentes, cada uma, ao valor dos trabalhos especializados que lhe respeitam, consoante a parte que a cada um destes trabalhos cabe na proposta:
 - 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª Subcategoria da 1ª Categoria
 - 8ª, 9ª, 10ª Subcategoria da 2ª Categoria
 - 1ª, 4ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 14ª e 18ª Subcategoria da 4ª Categoria
 - 1ª, 10ª, 11ª e 12ª Subcategoria da 5ª Categoria - Demolições

Para efeitos da verificação das habilitações referidas o adjudicatário pode apresentar alvarás ou títulos de registo da titularidade de subcontratados, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

- i) Documento comprovativo dos poderes para representar a firma.

O prazo a conceder para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos aprovado, pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação será de 2 dias.

8. Documentos que constituem a proposta:

A proposta de cada lote, será constituída com os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, previsto no artigo 59.º da Diretiva 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do conselho, de 26 de fevereiro. O DEUCP deve ser preferencialmente fornecido em formato eletrónico e assinado com recurso a uma assinatura eletrónica do operador económico ou de legal representante com poderes para o representar;
- b) No caso de agrupamento concorrentes, deverá ser apresentado um DEUCP destinto por cada concorrente;
- c) Declaração de proposta de acordo com o modelo constante no anexo II;
- d) Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, conforme mapa de quantidades de trabalho que faz parte integrante das peças do procedimento, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais. Preencher e submeter obrigatoriamente no mapa de quantidades de trabalhos/matriz que integra o Formulário Principal da Proposta existente na respetiva plataforma eletrónica, sob pena de exclusão;
- e) Plano de trabalhos nos termos do artigo 361º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação, incluindo;
 - i. Diagrama do faseamento da obra;
 - ii. Plano de equipamentos;
 - iii. Plano de mão de obra;
- f) Um cronograma financeiro, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;
- g) Documento nos termos dos n.º 4 e 5 do artigo 60º do do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação.

9. Propostas variantes:

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação

10. Forma e prazo para apresentação das propostas:

- 10.1 Todos os documentos que instruem a proposta, devem ser apresentados em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação.
- 10.2 A indicação dos preços constantes na proposta, serão indicados em algarismos não incluindo o IVA, em caso de divergência entre preços por extenso ou em algarismos, prevalecem os indicados por extenso, conforme disposto nos números 1 e 2 do artigo 60.º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação.
- 10.3 Os documentos que constituem a proposta são apresentados directamente na plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante conforme o artigo 62.º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, referida no ponto anterior.
- 10.4 A proposta e os documentos que a acompanham devem deverão ser obrigatoriamente submetidos até às 23.59 horas, do 51º dia, contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República, na plataforma electrónica utilizada pelo Município de Ferreira do Zêzere (Acingov em www.acingov.pt).
- 10.5 O acesso à referida plataforma electrónica é gratuito e permite efectuar a consulta e o download das peças do procedimento bem como apresentar a proposta.
- 10.6 Qualquer proposta, ou documento, entregue, ou recebida, após a data e hora fixadas em 10.4. não será tida em consideração.

11. Fornecimento e consulta das peças do Procedimento

As peças do procedimento são disponibilizadas na plataforma electrónica utilizada pelo Município de Ferreira do Zêzere (Acingov em www.acingov.pt), nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 133º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, a partir da data da publicação do respetivo anúncio.

12. Preço base

Nos termos do n.º 1 do artigo 47º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro o preço máximo que o Município de Ferreira do Zêzere se dispõe a pagar dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é de **9.962.978,61€ (nove milhões, novecentos e sessenta e dois mil, novecentos e setenta e oito euros e sessenta e um cêntimos)** acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

13. Prazo de execução

O prazo máximo de execução da empreitada é de 600 dias.

O prazo referido é contado a partir da data da sua consignação ou da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.

A execução da empreitada será de acordo com plano de faseamento constante na peça desenhada n.º 0.05, constante na arquitetura.

14. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas, pelo prazo de 180 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a respetiva apresentação (Artigo 65.º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação).

15. Critério de adjudicação

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de monofator densificado pelo preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

A classificação será determinada mediante atribuição da pontuação de 20 a 60 % do preço base do lote e atribuição, às propostas, de pontuação inversamente proporcional em relação a 60% do preço do lote, conforme a seguinte fórmula:

$$C = (0.60 \times PB / VP) \times 20$$

Em que:

C - Classificação

PB – Preço base

VP – Valor da proposta

A pontuação será sempre arredondada às centésimas.

16. Causas de caducidade da adjudicação

16.1 – Sem prejuízo de outras situações previstas no Código dos Contratos Públicos, a adjudicação caducanos nos seguintes casos:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 86.º e nos artigos 87.º, 87-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- b) b) O adjudicatário não confirmar os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP;
- c) c) As partes fixam livremente e obrigam-se a respeitar, nos termos gerais do Código dos Contratos Públicos e ainda nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, de que a adjudicação da presente empreitada caduca se não se verificar positivamente a aprovação da candidatura apresentada aos fundos comunitários e bem como essa garantia da obtenção de financiamento devido obtido nessa sede, sendo essa falta de financiamento causa e condição essencial e legítima, para a entidade adjudicante não proceder ao ato competente de adjudicação e assim constituindo uma causa de caducidade da mesma e do seu contrato subsequente.

16.2 - Caso se verifiquem as circunstâncias previstas na presente cláusula, o empreiteiro não tem direito a indemnização nos termos do código dos contratos Públicos e bem como a qualquer indemnização correspondente por danos emergentes e lucros cessantes.

16.3 - A decisão de não adjudicação prevista nos termos do Código dos Contratos Públicos e bem como as referidas na presente cláusula determinam a revogação da decisão de contratar.”

17. Valor da caução:

O valor da caução é de 5 % do preço contratual, de acordo com os n.º 1 do artigo 88º e n.º do artigo 89º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

O reforço da caução será de 5% conforme previsto no n.º 1 do artigo 353º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

18. Modo de prestação da caução:

A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais, deve ser prestada:

- por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, nos termos do modelo constante no anexo III ao presente Programa, que dele faz integrante;
- Ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante no anexo

IV ao presente Programa, que dele faz integrante.

19. Preço anormalmente baixo

São consideradas com preço anormalmente baixo as propostas que apresentem o mesmo inferior a 30% da média do preço das propostas admitidas.

20. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso aplica-se Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, e demais legislação conexa com o presente procedimento.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

..... (nome, número de documento de identificação e morada, ou firma e sede), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede), titular do alvará de construção (indicar o número), contendo as autorizações(indicar natureza e classe), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto do contrato de empreitada (designação da empreitada) a que se refere anúncio ... (referencias do anúncio) datado de obriga-se a executar referido contrato, de harmonia com o caderno de encargos, pela quantia de (por extenso e pôr algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor. Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura

ANEXO III

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/em títulos _____ (*eliminar o que não interessar*), como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

ANEXO IV

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]